

***Demonstrações Financeiras
Consolidadas do
Conglomerado Prudencial***

30 de junho de 2021



**MERCANTIL
DO BRASIL**

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em R\$ mil

A T I V O	MB Conglomerado Prudencial		P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L I Q U I D O	MB Conglomerado Prudencial	
	1º Semestre	Exercício		1º Semestre	Exercício
	2021	2020		2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	5.529.573	5.277.819	PASSIVO CIRCULANTE	3.598.360	3.016.487
DISPONIBILIDADES	1.248.634	1.426.300	DEPOSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.969.145	2.476.004
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.760.268	3.460.123	Depósitos (Nota 14.1.).....	2.720.455	2.164.431
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.).....	416.267	645.977	Depósitos à Vista.....	494.638	443.117
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.1.).....	359.555	176.965	Depósitos de Poupança.....	238.444	232.987
Carteira Própria.....	314.714	152.269	Depósitos Interfinanceiros.....	70.803	20.506
Vinculados à Prestação de Garantias.....	44.841	24.696	Depósitos a Prazo.....	1.911.203	1.467.821
Relações Interfinanceiras.....	127.127	82.531	Outros Depósitos.....	5.367	-
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	15.033	1	Captações no Mercado Aberto (Nota 4.).....	74.108	146.853
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central (Nota 6.).....	112.094	82.470	Carteira de Terceiros.....	74.108	146.853
Créditos Vinculados - SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	-	60	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.2.).....	76.120	85.235
Relações Interdependências.....	2.736	1.984	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	76.120	85.235
Transferências Internas de Recursos.....	2.736	1.984	Relações Interfinanceiras.....	84.546	56.271
Operações de Crédito (Nota 7.1.).....	2.777.070	2.483.751	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....	71.736	49.304
Setor Privado.....	2.930.572	2.659.542	Obrigações Vinculadas.....	-	4.003
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(153.502)	(175.791)	Correspondentes.....	12.810	2.964
Outros Créditos.....	77.513	68.915	Relações Interdependências.....	6.059	16.758
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.).....	19.000	17.032	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	6.059	16.758
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.).....	8.137	9.020	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	3.041	2.857
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamentos (Nota 7.1.).....	103.315	92.990	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 14.3.).....	4.816	3.599
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(52.939)	(50.127)			
OUTROS ATIVOS	520.671	391.396	PASSIVOS FISCAIS	34.240	40.561
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda (Nota 10.7.).....	81.582	105.443	Passivos Fiscais Correntes.....	33.612	35.950
Outros Valores e Bens.....	131.002	181.647	Passivos Fiscais Diferidos.....	628	4.611
(Provisão para Desvalorizações).....	(49.420)	(76.204)			
Despesas Antecipadas (Nota 10.8.).....	38.005	33.528	OUTROS PASSIVOS	594.975	499.922
Outros Créditos.....	401.084	252.425	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 16.1.).....	21.873	430
Câmbio Comprado a Liquidar.....	87.853	90.075	Câmbio Vendido a Liquidar.....	1.922	415
Direitos sobre Vendas de Câmbio.....	1.917	414	Obrigações por Compra de Câmbio.....	57.076	55.945
(Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos).....	(221)	(52)	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.).....	(55.583)	(55.583)
Rendas a Receber (Nota 10.5.).....	1.498	9.929	Sociais e Estatutárias (Nota 16.2.).....	42.129	56.259
Negociação e Intermediação de Valores.....	3.178	2.289	Negociação e Intermediação de Valores.....	2.654	7.734
Impostos a Compensar (Nota 10.2.).....	2.719	2.062	Obrigações por Convênios Oficiais (Nota 16.3.).....	229.116	186.310
Pagamentos a Ressarcir (Nota 10.3.).....	30	28	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	4.519	8.359
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 10.4.).....	264.187	95.652	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	75.083	52.358
Adiantamentos e Antecipações Salariais.....	6.100	751	Credores Diversos - País (Nota 16.4.).....	215.087	185.657
Devedores Diversos (Nota 10.6.).....	25.302	43.204	Outros.....	1.099	2.038
Outros.....	8.521	8.073			

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Em R\$ mil

A T I V O	MB Conglomerado Prudencial		P A S S I V O E P A T R I M Ô N I O L Í Q U I D O	MB Conglomerado Prudencial	
	1º Semestre 2021	Exercício 2020		1º Semestre 2021	Exercício 2020
ATIVO NAO CIRCULANTE	6.098.244	5.514.134	PASSIVO NAO CIRCULANTE	6.916.448	6.742.100
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	4.930.267	4.342.263	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	6.507.055	6.380.600
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.).....	5.140	5.047	Depósitos (Nota 14.1.).....	6.084.370	5.963.576
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5.1.).....	774.265	963.404	Depósitos Interfinanceiros.....	127.825	6.247
Carteira Própria.....	601.548	822.019	Depósitos a Prazo.....	5.956.545	5.957.329
Vinculados ao Banco Central.....	-	4.014	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 14.2.).....	1.740	3.260
Vinculados à Prestação de Garantias.....	172.717	137.371	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	1.740	3.260
Operações de Crédito (Nota 7.1.).....	4.146.551	3.369.339	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	1	107
Setor Privado.....	4.371.475	3.604.916	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 14.3.).....	420.944	413.657
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(224.924)	(235.577)	PROVISOES	276.209	274.518
Outros Créditos.....	4.311	4.473	Provisão para Outros Passivos (Nota 15.a.).....	276.209	274.518
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.).....	5.200	6.831	PASSIVOS FISCAIS	2.562	2.726
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(889)	(2.358)	Passivos Fiscais Diferidos.....	2.562	2.726
TRIBUTOS DIFERIDOS	539.540	555.377	OUTROS PASSIVOS	130.372	83.944
Créditos Tributários (Nota 9.).....	539.540	555.377	Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	110.848	61.873
OUTROS ATIVOS	230.889	255.443	Outros.....	19.524	22.071
Despesas Antecipadas (Nota 10.8.).....	27.080	37.346	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	250	312
Outros Créditos.....	203.809	218.097	PATRIMONIO LIQUIDO (Nota 17.)	1.113.009	1.033.366
Rendas a Receber (Nota 10.5.).....	-	7.000	Capital Social (Nota 17.1.).....	492.708	492.708
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 10.1.).....	161.741	162.879	Reservas de Capital (Nota 17.2.).....	43.375	43.375
Impostos a Compensar (Nota 10.2.).....	8.509	7.961	Reservas de Reavaliação (Nota 12.).....	113	117
Pagamentos a Ressarcir (Nota 10.3.).....	1.549	1.532	Reservas de Lucros (Nota 17.2.).....	541.621	463.107
Títulos e Créditos a Receber - Sem Característica de Crédito (Nota 10.4.).....	41.710	48.425	Reserva Legal.....	83.490	78.463
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.).....	(9.700)	(9.700)	Reservas Estatutárias.....	458.131	384.644
INVESTIMENTOS (Nota 11.)	162.994	126.150	Para Pagamento de Dividendos.....	30.918	23.569
Participações em Coligadas e Controladas - No País:			Para Aumento de Capital.....	427.213	361.075
Controladas	207.858	171.390	Outros Resultados Abrangentes.....	(10.339)	(11.339)
Outros Investimentos.....	3.881	3.496	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	(10.339)	(11.339)
(Provisões para Perdas).....	(48.745)	(48.736)	Participação dos Não Controladores.....	45.531	45.398
IMOBILIZADO (Nota 12.)	164.888	165.639	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.627.817	10.791.953
Imóveis de Uso.....	18.261	18.261			
Outras Imobilizações de Uso.....	327.167	311.089			
(Depreciação Acumulada).....	(180.540)	(163.711)			
INTANGÍVEL (Nota 13.)	69.666	69.262			
Ativos Intangíveis.....	179.319	171.408			
(Amortização Acumulada).....	(109.653)	(102.146)			
TOTAL DO ATIVO	11.627.817	10.791.953			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho

Em R\$ mil

	MB Conglomerado Prudencial	
	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.229.669	1.226.470
Operações de Crédito (Nota 21.1.)	1.052.344	931.872
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	28.356	79.049
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.2.).....	29.817	133.465
Resultado de Operações de Câmbio	(1.175)	33.689
Resultado das Aplicações Compulsórias	1.481	1.411
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	118.846	46.984
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(107.074)	(371.347)
Operações de Captação no Mercado (Nota 21.2.)	(106.725)	(360.230)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(102)	(9.101)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	(247)	(2.016)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.122.595	855.123
PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (NOTA 7.2.)	(143.630)	(164.385)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	978.965	690.738
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(827.310)	(563.926)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 22.1.)	118.731	139.228
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	25.099	16.286
Rendas de Tarifas Bancárias	93.632	122.942
Despesas de Pessoal (Nota 22.2.)	(229.285)	(211.389)
Outras Despesas Administrativas (Nota 22.3.).....	(438.084)	(322.036)
Despesas Tributárias (Nota 22.4.)	(71.301)	(53.455)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11.a.).....	30.961	10.297
Equivalência Patrimonial	30.961	10.297
Outras Receitas Operacionais (Nota 22.5.).....	32.417	35.294
Outras Despesas Operacionais (Nota 22.6.).....	(270.749)	(161.865)
RESULTADO OPERACIONAL	151.655	126.812
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 23.)	(3.401)	(12.823)
Receitas	7.052	30.857
Despesas	(10.453)	(43.680)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	148.254	113.989
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24.)	(30.315)	(28.333)
Provisão para Imposto de Renda	(10.450)	(5.679)
Provisão para Contribuição Social	(7.888)	(4.398)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 9.b.).....	(11.977)	(18.256)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(17.025)	(11.473)
Administradores	(1.831)	-
Empregados	(15.194)	(11.473)
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	(375)	(597)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	100.539	73.586

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
MÉTODO INDIRETO**

Para os semestres findos em 30 de junho

Em R\$ mil

	MB Conglomerado Prudencial	
	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	148.254	113.989
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	192.004	281.766
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	-	228.742
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	-	(153.273)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	(1.766)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	45.139	16.654
Despesas com Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	78	184
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	143.630	164.385
Provisão (Reversão) para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	9.969	(15.750)
Depreciações e Amortizações.....	30.263	25.926
Atualizações Monetárias Ativas.....	(1.261)	(1.786)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(30.961)	(10.297)
Perda de Ativo Intangível.....	699	2
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	(5.975)	27.435
Resultado da Participação dos Não Controladores.....	375	597
Perda de Capital em Controlada.....	48	-
Outros.....	-	713
Lucro Líquido Ajustado.....	340.258	395.755
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	72.564	134.990
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(39.106)	(52.708)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(16.321)	(9.981)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	(11.451)	(18.040)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(1.227.624)	(541.174)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	(148.659)	(92.117)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	5.449	18.648
Aumento (Redução) em Depósitos.....	676.818	708.132
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(72.745)	(135.626)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(10.635)	(59.370)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	109.985	18.993
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(62)	(79)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações.....	(321.529)	367.423
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(19.506)	(1.384)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	(341.035)	366.039
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	98.959	223.414
Alienação de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	44.675
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	34.012	45.741
Alienação de Imobilizado de Uso.....	19	6
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(53.723)	(135.649)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	(64.405)
Integralização de Capital em Controlada.....	(5.000)	-
Aquisição de Investimentos.....	(375)	(316)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(19.927)	(54.910)
Aplicações no Intangível.....	(11.049)	(11.461)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	42.916	47.095
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	-	(47.544)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	-	(3.912)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	-	31.231
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	6.500	35.845
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(43.100)	(35.219)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	(36.600)	(19.599)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(334.719)	393.535
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Semestre.....	1.905.045	2.534.914
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	-	1.766
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Semestre.....	1.570.326	2.930.215
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(334.719)	393.535

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Para os semestres findos em 30 de junho

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	REALIZADO	CAPITAL	REAVLIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS					
SALDOS EM 01/01/2021	492.708	43.375	117	78.463	384.644	(11.339)	-	45.398	1.033.366	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	1.000	-	-	1.000	
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	100.539	375	100.914	
VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	(242)	(242)	
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	5.027	73.487	-	(78.514)	-	-	
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	-	(22.029)	-	(22.029)	
SALDOS EM 30/06/2021	492.708	43.375	113	83.490	458.131	(10.339)	-	45.531	1.113.009	
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	5.027	73.487	1.000	-	133	79.643	
SALDOS EM 01/01/2020	492.708	43.375	126	70.911	295.047	(14.668)	-	43.825	931.324	
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	(5.027)	(1.037)	-	(6.064)	
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	73.586	597	74.183	
VARIAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	-	762	762	
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	3.627	68.926	-	(72.553)	-	-	
SALDOS EM 30/06/2020	492.708	43.375	122	74.538	363.973	(19.695)	-	45.184	1.000.205	
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	3.627	68.926	(5.027)	-	1.359	68.881	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, e realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 42 agências e 244 Postos de Atendimento, e um quadro de 3.004 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento. A sede do Banco está localizada na rua Rio de Janeiro, nº 654, Centro, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. Para elaboração das demonstrações financeiras em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes às provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas, dentre outras normas, à Circular Bacen nº 3.701/14 e à Resolução CMN nº 4.280/13 que instituiu as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, contemplam o Banco, empresas financeiras, companhia securitizadora de ativos financeiros e fundo de investimento Imobiliário, conforme relacionados abaixo:

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2021	Dez / 2020
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,53	91,53
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,95	85,95
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
MB BI Fundo de investimento imobiliário ^(*)	Fundo de investimento	100,00	100,00

^(*) A controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A. é detentora de riscos e benefícios econômicos de Fundo de Investimento Imobiliário de que trata a Instrução CVM 472/08.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- I. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- II. Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- III. Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira "*pro rata temporis*" (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo conforme nota explicativa nº 8.

- Nível 1: são obtidas por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidas por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3: são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

A mensuração do valor justo dos ativos financeiros pressupõe que a transação para a venda do ativo ou transferência do passivo ocorra em um mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

A Resolução CMN nº 4.803/20, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855/20, editada em caráter temporário e com aplicabilidade até dezembro 2020, devido à pandemia da Covid-19, foi aplicada pelo Banco, adotando-se a prerrogativa de se manter as operações reestruturadas no mesmo nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante as premissas estabelecidas na norma.

c) Conversão de moeda estrangeira

• **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco, bem como das empresas Controladas, diretas ou indiretamente, que compõem o conglomerado estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

• **Operações em Moeda Estrangeira**

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2021, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 5,0022 (Em 31 de dezembro de 2020: US\$ 1,00 = R\$ 5,1967).

d) Impostos e Contribuições

• **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

• **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15% até fevereiro de 2020 e 20% a partir de março de 2020, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 103/2019. Com a edição da Medida Provisória nº 1.034/2021, a alíquota da contribuição social é majorada em 5%, passando para 25% no período de julho a dezembro de 2021, para o setor bancário.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

e) Ativos não financeiros mantidos para venda

São compostos por bens imóveis, máquinas e equipamentos e veículos não utilizados operacionalmente, direcionados para venda ou recebidos por dação em pagamento.

Estão reconhecidos, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.747/19, pelo menor valor entre o valor contábil ou valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo do bem.

Os Ativos não financeiros mantidos para venda, que eventualmente apresentarem dificuldade para realizar a negociação são periodicamente avaliados por *impairment*, através de laudo técnico.

f) Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

h) Intangível

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- I. Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- II. Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- III. Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- IV. Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no período (vide nota nº 17.3.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

m) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.706/18 da seguinte forma:

- I. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.
- II. Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

n) Benefícios a empregados

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração global é aprovado anualmente na Assembleia Geral Ordinária. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

o) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa são como segue:

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Disponibilidades	1.248.634	1.282.127
Aplicações interfinanceiras de liquidez	321.692	1.648.088
Total	1.570.326	2.930.215

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Aplicações no mercado aberto	395.800	625.598
Posição bancada	321.692	478.745
Letras Financeiras do Tesouro	265.892	476.646
Letras do Tesouro Nacional	55.800	2.099
Posição financiada	74.108	146.853
Letras Financeiras do Tesouro	74.108	146.853
Aplicações em depósitos interfinanceiros	25.607	25.426
Total	421.407	651.024
Circulante	416.267	645.977
Não circulante	5.140	5.047

A posição financiada tem como contrapartida a conta do passivo "captação no mercado aberto", que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Jun/21		Dez/20	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos Disponíveis para Venda	1.130.114	1.131.327	1.140.183	1.137.623
Cotas de Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação	4.722	4.722	4.664	4.664
De 5 a 10 anos	4.722	4.722	4.664	4.664
Cotas de Fundo Imobiliário	27.338	33.319	28.575	34.556
De 5 a 10 anos	27.338	33.319	28.575	34.556
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	14.953	14.953	-	-
De 181 dias a 1 ano	3.100	3.100	-	-
De 2 a 3 anos	11.853	11.853	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	40.311	40.313	22.353	22.241
De 61 a 90 dias	-	-	575	575
De 91 a 180 dias	1.257	1.257	-	-
De 181 dias a 1 ano	7.802	7.802	5.610	5.610
De 1 a 2 anos	203	205	205	203
De 2 a 3 anos	17.500	17.500	12.025	12.025
De 3 a 4 anos	3.674	3.674	3.938	3.828
De 4 a 5 anos	9.875	9.875	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	31.528	31.713	33.572	33.381
De 61 a 90 dias	-	-	237	237
De 91 a 180 dias	253	253	-	-
De 181 dias a 1 ano	1.461	1.461	1.605	1.605
De 2 a 3 anos	9.025	9.025	10.126	10.126
De 3 a 4 anos	1.651	1.651	2.120	2.057
De 4 a 5 anos	2.871	2.871	2.791	2.791
De 5 a 10 anos	1.920	1.920	2.543	2.500
Acima de 10 anos	14.347	14.532	14.150	14.065

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Jun/21		Dez/20	
	Custo	Mercado	Custo	Mercado
Títulos / Vencimentos				
Letras Financeiras do Tesouro	983.978	979.526	1.016.852	1.012.791
De 31 a 60 dias	-	-	98.130	98.118
De 61 a 90 dias	66.465	66.454	-	-
De 181 dias a 1 ano	272.353	272.201	65.625	65.595
De 1 a 2 anos	72.438	72.396	340.409	340.094
De 3 a 4 anos	339.783	337.535	335.491	334.053
De 4 a 5 anos	108.839	107.571	-	-
De 5 a 10 anos	124.100	123.369	177.197	174.931
Debêntures	16.635	16.635	23.705	19.480
De 61 a 90 dias	-	-	823	823
De 91 a 180 dias	1.973	1.973	-	-
De 181 dias a 1 ano	4.885	4.885	4.277	4.277
De 1 a 2 anos	4.431	4.431	-	-
De 2 a 3 anos	5.012	5.012	18.605	14.380
De 3 a 4 anos	334	334	-	-
Letra Financeira Subordinada	10.649	10.146	10.462	10.510
De 61 a 90 dias	-	-	10.360	10.408
De 91 a 180 dias	145	145	-	-
De 4 a 5 anos	10.504	10.001	-	-
De 5 a 10 anos	-	-	102	102
Títulos Mantidos até o Vencimento	2.493	2.493	2.746	2.746
Fundo de investimentos em direitos creditórios	2.493	2.493	2.746	2.746
De 2 a 3 anos	2.493	2.493	-	-
De 3 a 4 anos	-	-	2.746	2.746
Total Geral	1.132.607	1.133.820	1.142.929	1.140.369
Total Contábil	-	1.133.820	-	1.140.369
Circulante	-	359.555	-	176.965
Não circulante	-	774.265	-	963.404

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3. Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

Os demais Títulos e Valores Mobiliários que não tenham parâmetro de mercado para precificação e tenham características de operações de crédito, tais como Debêntures, CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários e CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio, devem ter sua provisão para perdas esperadas constituídas em contas de resultado, em observância à política aplicável as operações de crédito, utilizando-se metodologia específica. Em 31/06/2021, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 5.756 (R\$ 4.068 em dezembro de 2020).

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 217.558 (R\$ 162.067 em dezembro de 2020), representados por Letras Financeiras do Tesouro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente, baseando-se nas métricas do Delta EVE (*Economic Value Equity*) e do Delta NII (*Net Interest Income*). Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade e testes de estresse para os instrumentos derivativos.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação			
	Valor de Referência		Valor Justo	
	Jun/2021	Dez/2020	Jun/2021	Dez/2020
Contrato de Futuro - Dólar ^(I)				
Posição passiva - Moeda estrangeira	104.992	107.997	104.036	108.338
Contrato de Futuro – DI ^(II)				
Posição passiva Taxa de Juros	1.006.473	1.251.768	1.007.719	1.251.281

^(I) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado, diariamente, e ajustadas na B3.

^(II) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento			Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Futuro - Dólar	B3	104.992	-	-	104.992
Contrato de Futuro - DI		-	401.980	604.493	1.006.473
Total em 30/06/2021		104.992	401.980	604.493	1.111.465
Total em 31/12/2020		519.436	-	840.329	1.359.765

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Jun / 2021			Jun / 2020		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Swap	-	-	-	157.205	(786)	156.419
Contrato de Futuro - Dólar	63.156	(58.099)	5.057	33.327	(41.247)	(7.920)
Contrato de Futuro - DI	88.610	(63.850)	24.760	107.761	(122.795)	(15.034)
Total	151.766	(121.949)	29.817	298.293	(164.828)	133.465

No terceiro trimestre de 2020 foi encerrada a operação de swap contratada com o objetivo de proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas as quais foram liquidadas no vencimento, em julho de 2020.

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

A efetividade das operações de *hedge accounting*, conforme Circular Bacen nº 3.082/02, são verificadas através da projeção tanto do ativo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação das taxas de juros nas operações de *hedge accounting* é efetiva em relação as variações das taxas de juros sobre as operações objeto de *hedge*.

Hedge Accounting	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Jun / 2021	Dez / 2020	Jun / 2021	Dez / 2020
Objeto de <i>Hedge</i> – Carteira de Ativos	944.280	1.230.385	924.741	1.241.486
Instrumento de <i>Hedge</i> - Taxa de Juros	(924.737)	(1.241.483)	(924.737)	(1.241.483)

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.2.4. Instrumento de Hedge Gerencial

São Instrumentos de *Hedge* Gerencial as posições de proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas, utilizando-se de operações derivativas não classificadas como *Hedge Accounting*, ou pela utilização do *Hedge* natural, ou seja, quando os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos.

Instrumentos Financeiros de Proteção - <i>Hedge</i> Gerencial / Natural				
Natureza	Tipo	Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Passivo	Instrumento de <i>Hedge</i> Gerencial	Dólar Futuro – B3	(104.992)	(107.997)
		DI Futuro – B3	(81.736)	(10.285)
Total			(186.728)	(118.282)
Ativo	Objeto de Gerencial	Operações Ativas – ACC	105.353	106.743
		Carteira de Ativos	81.736	10.285
Total			187.089	117.028

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, com a mensuração do valor justo pela Instituição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sendo assim, foram considerados os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias Disponível para Venda e Negociação bem como, os instrumentos derivativos e os respectivos objetos de hedge.

O Mercantil do Brasil, atento às oportunidades de mercado, posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o instrumento foi classificado como Hedge Accounting, sendo utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, visando a redução e/ou eliminação da instabilidade do resultado contábil do exercício. Em complemento, o descasamento em moeda estrangeira também é protegido via mercado futuro como forma de dirimir as altas volatilidades apresentadas nas taxas de câmbio.

Ressalta-se que, na sua grande maioria, os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, são destinados à proteção de exposição a riscos (hedge) das posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que tem como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

- **Cenário I:** Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar a R\$ 5,12 e a taxa de juros a 4,92 % a.a..
- **Cenário II:** Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2021 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 3,75 e a taxa de juros 3,32% a.a..
- **Cenário III:** Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 30/06/2021 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de 01 (um) ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 2,50 e a taxa de juros 2,77% a.a..

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do Valor Justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I	II	III
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ⁽¹⁾	Derivativo (ponta ativa futuro)	(605)	(26.262)	(52.523)
		Descasamento em USD	605	26.248	52.496
		Efeito Líquido	-	(14)	(27)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	70	(76)	(128)
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada ⁽¹⁾	Operações de Crédito (ponta ativa)	529	16.229	34.251
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(786)	(19.510)	(39.920)
		Efeito Líquido	(257)	(3.281)	(5.669)
TVM	Renda Fixa	Debêntures	(663)	(4.159)	(8.318)
		Letra Financeira	(1.015)	(2.537)	(5.073)
		CDCA	(1.495)	(3.738)	(7.477)
		CRI	(403)	(10.078)	(20.156)
		CRA	(392)	(7.928)	(15.857)
Total com correlação			(2.661)	(28.073)	(55.228)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(1.463)	(15.439)	(30.375)

⁽¹⁾A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e no objeto de hedge são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro acima evidencia os efeitos no resultado proveniente das oscilações das principais variáveis macroeconômicas, principalmente do dólar nos cenários II e III, demonstrando a eficácia do hedge em neutralizar o descasamento em moeda estrangeira. Além disso, destaca-se que, o hedge accounting garante a estabilidade da margem financeira das operações de crédito mesmo em um cenário adverso.

Importante mencionar que a análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. Adicionalmente, cabe ressaltar que, o Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa 26), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Jun / 2021	Dez / 2020
Sobre depósitos à vista	34.840	17.776
Sobre depósitos de poupança	77.254	64.694
Total – Circulante	112.094	82.470

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Operações de crédito	7.321.583	6.253.357
Devedores por compra de valores e bens	13.337	15.851
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	19.000	17.032
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	55.583
Valores a receber relativos a transações de pagamentos	103.315	92.990
Subtotal	7.512.818	6.434.813
Ajuste a valor de mercado Operações de crédito objeto de <i>Hedge</i>	(19.536)	11.101
Total	7.493.282	6.445.914
Circulante	3.116.607	2.834.167
Não circulante	4.376.675	3.611.747

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.2. Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos períodos	463.853	552.645
Constituição de provisão	252.487	554.723
Reversão de provisão	(108.857)	(228.413)
Baixa	(175.229)	(415.102)
Saldos no final dos períodos	432.254	463.853
Sem característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos períodos	9.700	9.700
Reversão de provisão	-	-
Inclusão (Baixa)	-	-
Saldos no final dos períodos	9.700	9.700
Efeito no resultado	143.630	326.310
Total	441.954	473.553
Circulante	206.441	225.918
Não circulante	235.513	247.635

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16 é como segue:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	224	223
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	48	48
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.725	1.566
Outras fianças bancárias	1.045	1.127
Total	3.042	2.964
Circulante	3.041	2.857
Não circulante	1	107

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.3. Operações de crédito e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

Operações de Crédito e Outros Créditos										Total	
Nível	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Jun / 2021	Dez / 2020
Crédito Pessoal INSS - DC	2	1.271.084	21.936	24.573	17.932	14.221	11.841	11.675	87.503	1.460.767	1.362.349
Crédito Consignado INSS	192	3.772.701	31.043	21.231	4.092	1.779	1.705	1.972	41.179	3.875.894	2.906.158
Capital de Giro	134.417	258.565	51.367	38.766	34.444	12.102	42.301	1.791	9.313	583.066	603.126
Crédito Consignado Público	-	460.360	9.334	5.535	3.823	1.394	4.819	1.208	4.335	490.808	423.775
Renegociação	-	1.325	130	176	57.011	41.863	10.757	20.115	68.845	200.222	249.893
Crédito Rural	74.416	2.401	1.479	46.908	-	-	-	45	8.109	133.358	136.092
Cartão de Crédito Consignado	-	238.068	854	455	416	317	264	268	4.458	245.100	225.789
Cheque Empresa	182	3.327	7.718	62	2.851	15	7	32	24	14.218	10.755
Cheque Especial	63	37.557	1.798	924	1.758	836	456	898	3.749	48.039	43.672
Conta Garantida	2.039	8.814	9.152	2.693	2.424	743	-	-	-	25.865	23.614
Câmbio	-	-	-	-	-	-	-	74.582	-	74.582	72.615
Crédito Imobiliário	4.147	306	46.046	81	-	-	-	-	-	50.580	66.649
Cartão de Crédito	608	57.356	3.604	1.217	1.132	510	402	394	1.397	66.620	64.580
Crédito Pessoal	82.016	77.203	31.493	791	1.298	331	160	103	166	193.561	194.607
Financiamento Veículos – CDC	16	2.187	93	74	-	2.392	-	-	-	4.762	5.478
Outros	-	14.522	2.104	8.687	105	31	14	19.029	884	45.376	45.661
Total geral	298.098	6.205.776	218.151	152.173	127.286	76.534	72.726	132.112	229.962	7.512.818	6.434.813
PCLD	-	31.019	2.181	4.565	12.728	22.960	36.362	92.477	229.962	432.254	463.853

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Classificação por Vencimento		AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal	Parcelas vincendas	298.098	6.203.999	158.531	79.249	82.854	40.245	31.906	107.759	35.119	7.037.760	93,67
	01 a 30 dias	40.967	389.135	13.852	3.872	9.692	1.597	377	341	1.034	460.867	6,13
	31 a 60 dias	1.606	242.993	3.147	1.049	5.041	1.827	144	432	976	257.215	3,42
	61 a 90 dias	18.515	247.943	13.531	1.154	4.108	1.056	28.994	411	3.230	318.942	4,25
	91 a 180 dias	17.173	656.395	8.170	3.479	16.151	2.916	474	21.961	10.207	736.926	9,81
	181 a 360 dias	24.574	943.445	12.209	3.756	14.079	6.932	632	56.943	3.352	1.065.922	14,19
	Acima de 360 dias	195.263	3.724.088	107.622	65.939	33.783	25.917	1.285	27.671	16.320	4.197.888	55,87
	Vencidas até 14 dias	-	1.777	311	166	948	9	18	5	91	3.325	0,04
	Total em 30/06/2021	298.098	6.205.776	158.842	79.415	83.802	40.254	31.924	107.764	35.210	7.041.085	93,71
	%	3,97	82,60	2,11	1,06	1,12	0,54	0,42	1,43	0,46	93,71	-
Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	163.888	73.250	78.225	54.074	24.283	145.445	40.130	5.976.352	92,88	
%	5,43	78,44	2,55	1,14	1,22	0,84	0,38	2,26	0,62	92,88	-	
Curso Anormal	Parcelas vincendas	-	-	52.648	63.967	34.191	27.108	31.599	15.319	108.916	333.748	4,45
	01 a 30 dias	-	-	3.304	2.515	2.064	1.314	3.763	893	5.769	19.622	0,26
	31 a 60 dias	-	-	3.054	2.356	1.899	1.214	1.090	824	5.410	15.847	0,21
	61 a 90 dias	-	-	2.831	2.198	1.768	1.126	1.025	766	5.136	14.850	0,20
	91 a 180 dias	-	-	7.373	5.951	4.735	2.931	7.555	1.995	13.417	43.957	0,59
	181 a 360 dias	-	-	11.039	9.506	7.575	4.564	4.207	2.978	21.104	60.973	0,81
	Acima de 360 dias	-	-	25.047	41.441	16.150	15.959	13.959	7.863	58.080	178.499	2,38
	Parcelas vencidas	-	-	6.661	8.791	9.293	9.172	9.203	9.029	85.836	137.985	1,84
	01 a 14 dias	-	-	-	15	344	262	345	196	618	1.780	0,02
	15 a 30 dias	-	-	6.279	3.308	2.033	1.274	1.037	825	6.323	21.079	0,28
	31 a 60 dias	-	-	382	4.613	2.495	2.103	1.535	1.156	15.286	27.570	0,37
	61 a 90 dias	-	-	-	700	3.935	2.417	1.919	1.465	15.348	25.784	0,34
	91 a 180 dias	-	-	-	155	486	2.848	3.769	4.798	23.967	36.023	0,48
	181 a 360 dias	-	-	-	-	-	268	598	589	23.032	24.487	0,33
	Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.262	1.262	0,02
	Total em 30/06/2021	-	-	59.309	72.758	43.484	36.280	40.802	24.348	194.752	471.733	6,29
	%	-	-	0,79	0,97	0,58	0,48	0,54	0,33	2,60	6,29	-
	Total em 31/12/2020	-	-	55.405	48.616	35.284	39.106	59.523	36.339	184.188	458.461	7,12
	%	-	-	0,86	0,76	0,55	0,61	0,93	0,56	2,85	7,12	-
Total	Total em 30/06/2021	330.137	4.835.550	201.235	117.568	109.614	92.007	83.375	181.184	218.463	6.169.133	100,00
	%	5,35	78,38	3,27	1,90	1,78	1,50	1,35	2,94	3,53	100,00	-
	Total em 31/12/2020	349.419	5.047.638	219.293	121.866	113.509	93.180	83.806	181.784	224.318	6.434.813	100,00
	%	5,43	78,44	3,41	1,90	1,77	1,45	1,31	2,82	3,47	100,00	-

Operações de Crédito em curso Anormal – operações de crédito com 15 dias ou mais de vencidos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	Jun / 2021	%	Dez / 2020	%
Pessoa Física	6.516.503	86,74	5.368.816	83,43
Pessoa Jurídica	996.315	13,26	1.065.997	16,57
Construção civil	162.116	2,16	180.531	2,81
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	94.717	1,26	133.959	2,08
Biocombustíveis e açúcar	89.440	1,19	100.240	1,56
Siderurgia	81.295	1,08	89.953	1,40
Prestação de serviços	100.220	1,33	111.080	1,73
Alimentos	56.004	0,75	39.780	0,62
Transportes de Cargas e Logística	24.502	0,33	25.889	0,40
Entretenimento, Esporte e Cultura	53.598	0,71	44.581	0,69
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	138.785	1,85	117.522	1,83
Bebidas	36.486	0,49	36.256	0,56
Outros	159.152	2,11	186.206	2,89
Total geral	7.512.818	100,00	6.434.813	100,00

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que representam 0,98% do total da carteira de operação de crédito, sendo o valor do principal de R\$ 70.685 e dos juros de R\$ 45, totalizando R\$ 70.730. Em dezembro de 2020, o valor do principal era R\$ 74.519 e dos juros de R\$ 46, totalizando R\$ 74.565.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

O MB realizou no período operações de cessão de créditos na modalidade de operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios e, portanto, foram baixadas do ativo do Banco. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é reconhecido no resultado do período.

As receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, totalizaram, o montante de R\$ 118.846 (R\$ 46.984 em junho de 2020), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 544.326 (R\$ 143.398 em junho de 2020) a valor presente.

As despesas com operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante R\$ 247 (R\$ 2.016 em junho de 2020).

8. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Com base na Resolução CMN nº 4.748/19, os Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo devem ser apurados utilizando a hierarquia de valor justo conforme segue:

- **Ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no resultado ou por meio do resultado e de outros resultados abrangentes**

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados os Títulos Públicos do Governo (LFT).

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, o Banco utiliza modelos internos para estimar o valor de mercado. Esses modelos baseiam-se em dados de mercado observáveis, como por

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

exemplo taxas de juros oferecidas no mercado para instrumentos semelhantes. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente, por Cotas de Fundos de Investimentos, Fundos em Participações e Fundos de Participação de Negociação e Membro de Compensação da B3.

Nível 3: Para determinados títulos, o Banco dispõe de metodologia de precificação interna que utiliza fatores de provisão atribuídos conforme política de crédito, revisados trimestralmente, e são compostos, principalmente, por Debêntures, CRI, CRA, Fundo Imobiliário e Fundo de investimentos em direitos creditórios.

- **Derivativos**

Nível 2: Para mensuração dos derivativos, o Banco estima o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	1.109.389	1.109.389
Títulos e Valores Mobiliários	979.526	979.526
Títulos Públicos Federais	979.526	979.526
Relações interfinanceiras	127.127	127.127
Relações interdependências	2.736	2.736
Nível 2	7.441.720	7.485.486
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	421.407	421.407
Operações Compromissadas	395.800	395.800
Depósitos Interfinanceiros	25.607	25.607
Títulos e Valores Mobiliários	14.868	14.868
Letra Financeira Subordinada	10.146	10.146
Cotas de Fundos	4.722	4.722
Operações de Crédito e Outros Créditos	7.005.445	7.049.211
Nível 3	139.426	139.426
Títulos e Valores Mobiliários	139.426	139.426
Certificado Recebíveis do Agronegócio	40.313	40.313
Certificado Recebíveis Imobiliários	31.713	31.713
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	14.953	14.953
Debêntures	16.635	16.635
Cotas de Fundos	35.812	35.812
Total em 30/06/2021	8.690.535	8.734.301
Total em 31/12/2020	7.379.224	7.379.109

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo
Nível 1	733.082	733.082
Depósitos	733.082	733.082
à vista	494.638	494.638
poupança	238.444	238.444
Nível 2	363.341	363.341
Captações no Mercado Aberto	74.108	74.108
Depósitos	198.628	198.628
Interfinanceiros	198.628	198.628
Relações Interfinanceiras	84.546	84.546
Relações Interdependências	6.059	6.059
Nível 3	8.376.735	8.376.735
Depósitos	7.873.115	7.873.115
a prazo	7.867.748	7.867.748
outros	5.367	5.367
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	77.860	77.860
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	425.760	425.760
Total em 30/06/2021	9.473.158	9.473.158
Total em 31/12/2020	8.853.640	8.858.229

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Imposto de Renda		
Base de Cálculo	1.169.537	1.216.982
Prejuízo fiscal	146.559	168.066
Diferenças temporárias	1.022.978	1.048.916
Total do efeito do IR	292.383	304.247
Contribuição Social		
Base de Cálculo	1.187.748	1.233.195
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	17.034	24.161
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	851.729	1.024.755
Diferenças temporárias à alíquota de 25%	154.216	-
Base negativa à alíquota de 15%	17.402	16.236
Base negativa à alíquota de 20%	147.367	168.043
Efeito da CSL	243.539	244.618
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	3.618	6.512
Total do efeito da CSL	247.157	251.130
Total –Não Circulante	539.540	555.377

Com base na Resolução BCB nº 2/20 os Créditos Tributários passaram a ser apresentados integralmente no ativo não circulante.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos créditos tributários:

Cédito Tributário	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda			
Saldos em 31/12/2020	262.229	42.018	-
Constituição	71.011	-	-
Realização	(76.959)	(5.377)	-
Efeito líquido no resultado	(5.948)	(5.377)	-
Outras	(539)	-	-
Saldos em 30/06/2021	255.742	36.641	-
Contribuição Social			
Saldos em 31/12/2020	208.575	36.043	6.512
Constituição	64.511	-	-
Realização	(61.203)	(3.960)	(2.894)
Efeito líquido no resultado	3.308	(3.960)	-
Outras	(427)	-	-
Saldos em 30/06/2021	211.456	32.083	3.618
Total	539.540		

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 109.302 (R\$ 108.595 em dezembro de 2020) e estão ativados com realização prevista até 2025.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2021	Dez / 2020
2021	54.614	50.844	556	51.400	106.014	167.976
2022	75.980	60.620	1.585	62.205	138.185	113.524
2023	54.821	42.952	939	43.891	98.712	58.120
2024	18.762	18.381	207	18.588	37.350	27.178
2025	87.228	69.739	331	70.070	157.298	187.488
2026 a 2028	978	1.003	-	1.003	1.981	1.091
Total	292.383	243.539	3.618	247.157	539.540	555.377
Valor Presente	266.458	267.431			493.889	527.713

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Resolução CMN nº 4.842/20 e Resolução BCB nº 15/20 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2020, revisados em junho de 2021, e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a realização de lucros contábeis.

Créditos tributários ativados

A Medida Provisória nº 1.034/21 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 5%, passando para 25% para o setor bancário, no período de julho a dezembro de 2021. Em decorrência, houve a atualização de créditos tributários constituídos sobre adições temporárias, elevando o ativo, em junho de 2021, no montante de R\$ 7.988 calculados sobre os valores que se tornarão dedutíveis dentro do período em que vigorará a referida alíquota majorada, em conformidade com o § único do artigo 10 da Resolução CMN nº 4.842/20.

10. OUTROS ATIVOS**10.1. Devedores por depósitos em garantia**

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Depósitos recursais trabalhistas	19.929	21.756
Depósitos judiciais trabalhistas	42.293	37.683
Depósitos judiciais fiscais	81.053	84.027
Depósitos de ações cíveis	18.466	19.413
Total – Não circulante	161.741	162.879

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 15.a).

10.2. Impostos a compensar

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.888	7.853
Contribuição social ^(II)	418	418
Imposto de renda pessoa jurídica ^(III)	316	541
Impostos e contribuições retidos na fonte	1.150	726
Antecipação IRPJ/CSLL	1.253	485
Outros	203	-
Total	11.228	10.023
Circulante	2.719	2.062
Não circulante	8.509	7.961

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide nota nº 10.8.(I)).

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

10.3. Pagamentos a ressarcir

Refere-se basicamente à Cofins a recuperar da Controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A.

Créditos a recuperar “*sub judice*”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 20.380 (R\$ 20.281 em dezembro de 2020).

10.4. Títulos e créditos a receber – Sem característica de concessão de crédito

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Créditos a receber ^(I)	253.517	86.442
Precatórios	11.679	13.362
Direitos creditórios	35.157	35.062
Títulos de capitalização	5.518	9.185
Outros	26	26
Total	305.897	144.077
Circulante	264.187	95.652
Não circulante	41.710	48.425

^(I) Referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

10.5. Rendas a receber

Em 2020, refere-se, basicamente, ao crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. Em abril de 2021 procedeu-se a baixa de referido crédito.

Em 2020, refere-se à Dividendos a Receber decorrente da participação em Coligadas no montante de R\$ 9.222.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.6. Devedores diversos

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Empréstimos consignados a processar	815	3.638
Cartão de Crédito ⁽ⁱ⁾	20.215	33.681
Outros	4.272	5.885
Total - Circulante	25.302	43.204

⁽ⁱ⁾ Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito e Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS.

10.7. Ativos não financeiros mantidos para venda

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Bens não de Uso próprio	80.040	104.239
Imóveis - dação em pagamento	129.460	180.398
Veículos e afins	-	42
Outros bens não de uso	-	3
(-) Provisão para desvalorizações	(49.420)	(76.204)
Material em estoque	1.542	1.204
Total – Circulante	81.582	105.443

10.8. Despesas antecipadas

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Custo seguro garantia – fiança ⁽ⁱ⁾	50.782	58.536
Demais despesas antecipadas ⁽ⁱⁱ⁾	14.303	12.338
Total	65.085	70.874
Circulante	38.005	33.528
Não circulante	27.080	37.346

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

⁽ⁱⁱ⁾ Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	EMPRESAS					TOTAL
	MBIA	MACS	BEM AQUI	MBEI	DOMO	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
Junho de 2021						
Capital social	28.937	4.853	48.338	43.000	5.000	130.128
Patrimônio líquido antes dos dividendos	30.781	7.530	117.134	71.568	4.750	231.763
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	4.250	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	4.250	-
Participação %	100	99,56	100	100	100	-
Lucro societário do período	(518)	(21)	32.032	(166)	(250)	31.077
Resultado de participações em coligadas e	(541)	(20)	31.969	(197)	(250)	30.961
Equivalência patrimonial	(518)	(20)	32.032	(166)	(250)	31.078
Ajuste da equivalência patrimonial - COSEFI	(23)	-	(63)	(31)	-	(117)
Aquisições no Período	-	555	-	-	5.000	5.555
Perda de Capital	-	(48)	-	-	-	(48)
Ajuste de investimentos - COSEFI	(4.829)	-	(12.870)	(6.173)	-	(23.872)
Valor dos investimentos	25.952	7.497	104.264	65.395	4.750	207.858

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	EMPRESAS				
	MBIA	MACS	BEM AQUI	MBEI	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Dezembro de 2020					
Capital social	28.937	4.853	30.793	43.000	107.583
Patrimônio líquido antes dos dividendos	31.299	7.702	94.183	71.734	204.918
Total de ações	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	53.925	14.648	43.000	-
Participação %	100	92,83	100	100	-
Lucro societário do período	(895)	591	35.874	(2.949)	32.621
(-) Dividendos distribuídos ao Banco	-	(140)	(9.082)	-	(9.222)
Resultado de participações em coligadas e	(949)	548	35.730	(3.018)	32.311
Equivalência patrimonial	(895)	548	35.874	(2.949)	32.578
Ajuste da equivalência patrimonial - COSEFI	(54)	-	(144)	(69)	(267)
Ajuste de avaliação patrimonial	(1)	-	-	1	-
Ajuste de investimentos	(4.805)	-	(12.806)	(6.143)	(23.754)
Valor dos investimentos	26.493	7.010	72.295	65.592	171.390

No primeiro semestre de 2021, foram adquiridas 3.631.878 ações ordinárias de emissão da controlada Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A, pelo montante de R\$ 555, representando um acréscimo de 6,73% na participação societária da Financeira, passando de 92,83% em 31 de dezembro de 2020 para 99,56% em 30 de junho de 2021.

Em 2021 entrou em operação a empresa Domo Digital Tecnologia S.A que tem como objeto, principalmente, explorar a atividade dos serviços de Tecnologia da Informação através da criação, desenvolvimento e licenciamento de programas e sistemas informatizados próprios ou de terceiros, dentre outros serviços. O capital social da Sociedade é de R\$ 5.000 dividido em 5.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais o Banco integralizou R\$ 4.250, correspondentes a 4.250.000 ações ordinárias nominativas.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2021 foi deliberado o aumento do capital social da Bem Aqui Administradora e Corretora de Seguros, Previdência Privada e Correspondente Bancário S.A. do montante de R\$ 30.793 para R\$ 48.338, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da "Reservas Estatutárias – Para Aumento de Capital", no montante de R\$ 17.545.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352, sem alteração no período.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. IMOBILIZADO

Movimentação dos bens do imobilizado, líquidos da depreciação:

Descrição	Equipamentos de processamento de dados	Imóveis e Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2020	119.968	109.622	72.694	27.066	329.350
Adições	2.274	4.428	2.215	11.010	19.927
Entradas por transferências	29.322	-	337	-	29.659
(-) Saída por transferências	-	-	-	(29.659)	(29.659)
(-) Baixa	(342)	(3.205)	(302)	-	(3.849)
Subtotal	151.222	110.845	74.944	8.417	345.428
(-) Depreciação em 31/12/2020	(69.518)	(49.895)	(44.261)	(37)	(163.711)
(-) Depreciação no período	(11.302)	(6.067)	(2.946)	-	(20.315)
Baixa	315	2.889	282	-	3.486
(-) Subtotal	(80.505)	(53.073)	(46.925)	(37)	(180.540)
Saldo Líquido em 30/06/2021	70.717	57.772	28.019	8.380	164.888

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 113 (R\$ 117 em dezembro de 2020).

13. INTANGÍVEL

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Sistemas de Processamento de dados	Sistemas de Segurança	Sistemas de Comunicação	Licenças e Direitos de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	150.326	14.817	-	6.265	171.408
Adições	9.456	633	7	953	11.049
Baixas	(3.044)	-	-	(94)	(3.138)
Subtotal	156.738	15.450	7	7.124	179.319
(-) Amortização em 31/12/2020	(89.787)	(7.523)	-	(4.836)	(102.146)
(-) Amortização no período	(7.902)	(1.404)	-	(641)	(9.947)
Baixas	2.346	-	-	94	2.440
(-) Subtotal	(95.343)	(8.927)	-	(5.383)	(109.653)
Saldo Líquido em 30/06/2021	61.395	6.523	7	1.741	69.666

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1. Depósitos

Descrição	Depósitos					Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Outros	Jun / 2021	Dez / 2020
Indeterminado	494.638	238.444	-	625	5.367	739.074	677.341
Até 30 dias	-	-	20.793	105.750	-	126.543	100.036
De 31 a 60 dias	-	-	-	102.677	-	102.677	142.092
De 61 a 90 dias	-	-	-	135.634	-	135.634	142.101
De 91 a 180 dias	-	-	-	531.890	-	531.890	444.024
De 181 a 360 dias	-	-	50.010	1.034.627	-	1.084.637	658.837
Acima de 360 dias	-	-	127.825	5.956.545	-	6.084.370	5.963.576
Total	494.638	238.444	198.628	7.867.748	5.367	8.804.825	8.128.007
Circulante	494.638	238.444	70.803	1.911.203	5.367	2.720.455	2.164.431
Não circulante	-	-	127.825	5.956.545	-	6.084.370	5.963.576

14.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letra de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Jun / 2021	Dez / 2020
Até 30 dias	-	-	-	-	5.227
De 31 a 60 dias	6.235	-	-	6.235	11.172
De 61 a 90 dias	43.313	5.013	-	48.326	23.137
De 91 a 180 dias	365	10.184	874	11.423	44.838
De 181 a 360 dias	8.567	-	1.569	10.136	861
Acima de 360 dias	-	-	1.740	1.740	3.260
Total	58.480	15.197	4.183	77.860	88.495
Circulante	58.480	15.197	2.443	76.120	85.235
Não circulante	-	-	1.740	1.740	3.260

14.3. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Ano		Valor da operação	Jun / 2021	Dez / 2020
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II(I)	2016	2023	88.388	89.923	89.583
	2017	2024	115.612	121.912	121.199
	2017	2025	600	609	607
	2018	2025	68.373	73.396	72.753
	2019	2026	57.075	59.286	59.404
	2020	2027	27.045	27.554	27.326
	2021	2028	6.500	6.552	-
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar(II)	2018	Perpétua	4.300	4.308	4.304
	2019	Perpétua	25.650	26.539	26.644
	2020	Perpétua	15.000	15.681	15.436
Total Geral			425.760	417.256	
Circulante			4.816	3.599	
Não Circulante			420.944	413.657	

(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 100% a 140% da taxa CDI.

(II) Letra Financeira Subordinada - Capital Complementar - emissão indexada entre 135% a 150% da taxa CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 374.804 (R\$ 370.571 em dezembro de 2020) dos quais R\$ 234.923 (R\$ 251.498 em dezembro de 2020) estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II de acordo com o prazo de vencimento.

15. PROVISÕES

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Provisões para riscos fiscais	83.279	86.895
Provisões para processos trabalhistas	144.542	143.929
Provisões para processos cíveis	48.174	43.481
Outras	214	213
Total – Não circulante	276.209	274.518

As provisões trabalhistas são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos e as provisões cíveis são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
COFINS ⁽ⁱ⁾	14.797	14.628
CSL ⁽ⁱⁱ⁾	14.235	14.190
INSS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.594	29.426
PIS ^(iv)	9.026	9.002
ISS ^(v)	15.395	19.415
Outros	232	234
Total – Não circulante	83.279	86.895

⁽ⁱ⁾ Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(iv) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(v) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços, e o provisionamento é baseado na apuração do percentual de perda histórica em processos similares, encerrados nos últimos três anos.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2020	86.895	143.929	43.481
Constituição / (Realização)	(4.937)	20.054	20.904
Atualização Monetária	1.024	6.336	1.758
Liquidações	-	(25.777)	(17.969)
Atualização de Depósitos	297	-	-
Saldos em 30/06/2021	83.279	144.542	48.174
Depósitos judiciais (vide nota nº 10.1.)	81.053	62.222	18.466

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 18.612 (R\$ 18.566 em dezembro de 2020). As ações tributárias totalizaram R\$ 7.923 (R\$ 11.460 em dezembro de 2020).

16. OUTROS PASSIVOS

16.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais.

16.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores de 2020 e 2021 e ao juro sobre capital próprio a pagar de 2020 e 2021.

16.3. Obrigações por convênios oficiais

Refere-se aos créditos de recursos em nome dos respectivos beneficiários destinados ao pagamento de aposentadorias do INSS.

16.4. Credores diversos – País

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	39.373	52.735
Provisão para despesas administrativas	102.967	75.881
Comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	12.814	9.481
Outros	59.933	47.560
Total – Circulante	215.087	185.657

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**17.1 Capital Social**

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais do Banco, totalmente subscritas e integralizadas, da seguinte forma:

Ações	Jun / 2021		Dez / 2020	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	32.577.872	306.232	32.577.872	306.232
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total	52.415.790	492.708	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

Considerando a alteração estatutária aprovada em AGE de 21 de outubro de 2020, o Capital Social do Banco poderá ser aumentado até o limite de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

17.2 Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, são como segue:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Reserva de capital ⁽ⁱ⁾	43.375	43.375
Reservas de lucros	541.621	463.107
Reserva legal ⁽ⁱⁱ⁾	83.490	78.463
Reservas estatutárias ⁽ⁱⁱⁱ⁾	458.131	384.644

⁽ⁱ⁾ São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

⁽ⁱⁱ⁾ Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 7% para o Banco Mercantil de Investimentos e 6% para as demais instituições do Conglomerado Prudencial sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

No primeiro semestre de 2021, foram declarados dividendos aos acionistas, na forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 22.029, correspondente a um valor líquido de imposto de renda de R\$ 18.725, cabendo às ações ordinárias R\$ 0,34420665 e às ações preferenciais R\$ 0,37862825 por ação, líquido do imposto de renda. O benefício fiscal gerado foi de R\$ 9.913.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não foram declarados juros sobre o capital próprio no primeiro semestre de 2020 em conformidade com dispositivos legais e estatutários em vigor.

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Lucro líquido dos exercícios	100.539	73.586
Realização de reservas de reavaliação	4	4
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.037)
Total a ser destinado	100.543	72.553
Reserva legal	5.027	3.627
Reservas estatutárias	73.487	68.926
Para aumento de capital	66.138	62.033
Para dividendos futuros	7.349	6.893
Juros sobre o capital próprio imputados ao dividendo	22.029	-
Valor líquido	18.725	-
Imposto de renda na fonte	3.304	-

17.3 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2021	Jun / 2020
Número médio e final de ações	32.577.872	19.837.918	52.415.790	52.415.790
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	32.577.872	19.837.918	52.415.790	52.415.790
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	62.488	38.051	100.539	73.586
Lucro básico por ação	1,9181	1,9181	1,9181	1,4039

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

18. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,0% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, a partir de janeiro de 2019. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0%, a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5%, desde outubro de 2013. Ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,25%, no período de abril de 2020 até março de 2021 e 1,625%, a partir de abril de 2021, nos termos da Resolução CMN nº 4.783/20 (2,50% de 2019 até março de 2020).

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.119.377	1.034.558
b) Patrimônio de Referência Nível I	883.344	781.972
b.1) Capital Principal – CP	835.983	734.772
b.2) Capital Complementar - CC	47.361	47.200
- LFs Subordinadas	46.529	46.384
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	832	816
c) Patrimônio de Referência Nível II	236.033	252.586
c.1) LFs Subordinadas	234.923	251.498
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.110	1.088
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.812.512	6.232.703
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA_{cpad}	5.925.333	5.290.346
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA_{mpad}	6.935	2.721
d.3) RWA Para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWA_{opad}	880.244	939.636
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,0%)	545.001	498.616
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	574.376	535.942
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0%)	408.751	373.962
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	474.593	408.010
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	306.563	280.472
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	529.420	454.300
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	108.983	112.732
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	653.984	611.348
m) Margem sobre o PR Considerando a R_{ban} (m = a - l)	465.393	423.210
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,25% até março de 2021 e 1,625%, a partir de abril de 2021)	110.703	77.909
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	16,43	16,60
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	12,97	12,55
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	12,27	11,79

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 29,28% (28,20% em dezembro de 2020).

18.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**19.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Junho de 2021			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	1.159	-	1.159
Outros Ativos	1.159	-	1.159
Outros Créditos	866	-	866
Dividendos/Juros a Receber	293	-	293
(Passivos)	(245.147)	(73.728)	(318.875)
Depósitos	(212.094)	(48.171)	(260.265)
Depósitos de poupança	-	(1.022)	(1.022)
Depósitos à Vista	(3.220)	(3.527)	(6.747)
Depósitos a prazo	(139.591)	(43.622)	(183.213)
Depósitos interfinanceiros	(69.283)	-	(69.283)
Captações no mercado aberto	(32.575)	-	(32.575)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(21.044)	(21.044)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(4.513)	(4.513)
Outros Passivos	(478)	(10.770)	(11.248)
JCP a Pagar	-	(10.770)	(10.770)
Outras Obrigações	(478)	-	(478)
Receitas / (Despesas)	(459)	1.163	704
Despesas da Intermediação Financeira	(2.561)	1.163	(1.398)
Outras Receitas /(Despesas) Operacionais	2.102	-	2.102
Receitas de Prestação de Serviços	2.487	-	2.487
Outras Despesas Administrativas	(385)	-	(385)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dezembro de 2020			
BMB	Controladas^(I)	Pessoal Chave^(II)	Total
Ativos	12.843	-	12.843
Outros Ativos	12.843	-	12.843
Outros Créditos	353	-	353
Dividendos/Juros a Receber	12.490	-	12.490
(Passivos)	(194.109)	(93.030)	(287.139)
Depósitos	(119.772)	(58.273)	(178.045)
Depósitos de poupança	-	(350)	(350)
Depósitos à Vista	(3.555)	(3.138)	(6.693)
Depósitos a prazo	(116.217)	(54.785)	(171.002)
Captações no mercado aberto	(73.366)	-	(73.366)
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	(15.861)	(15.861)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	(4.507)	(4.507)
Outros Passivos	(971)	(14.389)	(15.360)
JCP a Pagar	-	(14.389)	(14.389)
Outras Obrigações	(971)	-	(971)
Junho de 2020			
Receitas / (Despesas)	(153)	(502)	(655)
Despesas da Intermediação Financeira	(2.723)	(495)	(3.218)
Outras Receitas /(Despesas) Operacionais	2.570	-	2.570
Receitas de Prestação de Serviços	2.644	-	2.644
Outras Despesas Administrativas	(74)	(7)	(81)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

19.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Os gastos com a remuneração dos administradores foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e são compostos, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria, como segue:

Empresas	Data da Assembleia	Remuneração
Banco Mercantil do Brasil S.A.	20/04/2021	26.850
Mercantil do Brasil Financeira S.A.	23/04/2021	8.310
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	23/04/2021	4.665
Mercantil do Brasil Corretora S.A.	26/05/2021	1.710
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.	26/05/2021	102
Cosefi – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	30/04/2021	100

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria (vide nota 22.2.). A remuneração variável refere-se à participação nos lucros aos administradores e corresponde a R\$ 3.216 (Em junho de 2020 não ocorreu provisão de participação nos lucros aos administradores).

Até 30 de junho de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2021, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2021, o grupo patrocinador mantinha 19 (19 em dezembro de 2020) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 526 (532 em dezembro de 2020) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no exercício corresponderam a R\$ 838 (R\$ 824 em junho de 2020).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se:

- I. Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 10,05%
 - Taxa real de desconto: 3,99%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 5,82%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 5,82%
- II. Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido
 - Taxa nominal de desconto: 8,59%
 - Taxa real de desconto: 3,81%
 - Taxa nominal de crescimento salarial: 2,00%
 - Taxa de inflação estimada no longo prazo: 4,60%
 - Taxa nominal de reajuste de benefícios: 4,60%
 - Tábua de mortalidade geral: AT-2000 Suavizada em 10%

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de junho de 2021, elaborado com base nas demonstrações financeiras até maio de 2021, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Jun / 2021	Dez / 2020
Obrigação de benefício definido	(42.795)	(48.250)
Valor justo do ativo do plano	23.271	26.179
Déficit Líquido	(19.524)	(22.071)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.877/2000, cujo saldo monta em junho de de 2021 em R\$ 10.738 (R\$ 12.139 em dezembro de 2020), líquidos dos efeitos tributários.

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2020	26.179
Juros sobre o valor justo do ativo	3.694
Benefício pago pelo plano	(2.433)
Redimensionamento do valor justo dos ativos do plano	(4.169)
Saldo em 30/06/2021	23.271

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2020	(48.250)
Custo dos juros	(6.653)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.433
Redimensionamento da obrigação	9.675
Efeito da alteração de premissas financeiras	2.209
Efeito da experiência do plano	7.466
Saldo em 30/06/2021	(42.795)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	45.990
Premissa da análise	2,995%
2. Taxa real de desconto +1,0%	39.984
Premissa da análise	4,995%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	45.725
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	40.311
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano – poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**21.1. Rendas de operações de crédito**

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Rendas de empréstimos e títulos descontados	988.264	874.763
Rendas de financiamentos	2.220	12.534
Rendas de financiamentos rurais	11.950	8.075
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	49.910	36.500
Total	1.052.344	931.872

21.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Depósitos	91.435	104.443
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	7.762	11.403
Operações compromissadas	1.487	4.165
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	-	235.647
Outras	6.041	4.572
Total	106.725	360.230

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da a liquidação da Dívida Subordinada, vencida em julho de 2020

22. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS**22.1. Receitas de prestação de serviços**

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Administração de fundos de investimentos	869	981
Cartão de crédito	10.295	3.209
Cobrança	2.518	2.271
Custódia	151	160
Garantias prestadas	753	986
Outros serviços	548	4.758
Rendas de serviços prestados a ligadas	624	350
Comissão de seguro	6	97
Serviços de arrecadação	6.503	1.809
Serviços prestados	2.832	1.665
Tarifas bancárias – conta corrente	93.632	122.942
Total	118.731	139.228

22.2. Despesas de pessoal

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	15.527	13.388
Proventos de funcionários	106.296	98.419
Benefícios	39.216	38.839
Encargos sociais	41.803	40.428
Indenizações	25.830	24.838
Contingências – constituição / (reversão)	613	(4.523)
Total	229.285	211.389

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Água, energia e gás	6.228	5.827
Aluguéis	40.639	34.968
Amortização e depreciação	30.262	25.926
Arrendamento de bens	-	1.392
Comunicações	7.339	5.765
Materiais, manutenção e conservação de bens	17.592	14.050
Processamento de dados	43.824	37.461
Propaganda, publicidade e publicações	6.861	4.605
Serviços de terceiros	112.504	94.116
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	118.764	41.689
Serviços do sistema financeiro	7.373	7.685
Transportes	16.708	21.431
Outras	29.990	27.121
Total	438.084	322.036

22.4. Despesas tributárias

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
ISSQN	5.949	6.990
COFINS	50.638	37.269
PIS	8.229	6.056
Outros tributos	6.485	3.140
Total	71.301	53.455

22.5. Outras receitas operacionais

	Jun / 2021	Jun / 2020
Variações monetárias ativas	1.261	1.786
Recuperação de encargos e despesas	7.370	5.589
Reversão de provisões ^(I)	8.934	25.002
Outras receitas	14.852	2.917
Total	32.417	35.294

^(I) No primeiro semestre de 2020, refere-se a reversão de provisão excedente, em conformidade com o CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, relativa ao processo judicial que questionou a constitucionalidade da aplicação do FAP - Fator Acidentário de Prevenção, tendo em vista a liquidação integral dos valores devidos, considerando os fatores recalculados por estabelecimentos, para o período de Janeiro de 2010 a Dezembro de 2015, disponibilizados pela própria Previdência Social.

22.6. Outras despesas operacionais

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Descontos concedidos ^(I)	29.218	16.307
Despesas de caráter eventual ^(II)	23.299	22.280
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	9.251	749
Variações monetárias passivas	1.080	929
Direito de pagamento de benefícios previdenciários ^(III)	178.815	107.615
Outras despesas	29.086	13.985
Total	270.749	161.865

^(I) Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(II) Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

(III) Refere-se ao custo do Leilão do INSS relativamente ao direito de pagamento de benefícios previdenciários.

23. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Resultado na alienação de valores e bens ^(I)	6.324	(26.490)
Reversão / (Provisão) de outros valores e bens	(9.969)	19.750
Outras	244	(6.083)
Total	(3.401)	(12.823)

(I) Refere-se aos bens recebidos em dação em pagamento.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	148.254	113.989
(-) Participações dos administradores e empregados	(17.025)	(11.473)
Base de cálculo	131.229	102.516
Alíquota nominal	45%	45%
Despesa nominal	(59.053)	(46.132)
Ajustes à despesa nominal referentes:	28.178	17.773
Efeito de dedução de juros sobre o capital próprio	10.160	-
Resultado de participações em coligadas e controladas	13.935	4.626
Despesas indedutíveis	(1.868)	(2.200)
Outras (adições) / exclusões permanentes	(2.049)	(304)
Ajuste de investimento no exterior	-	10.910
Efeito tributário da CSL – MP 1.034/2021 (vide nota nº 9.c)	7.988	-
Efeito tributário da CSL – EC 103/2019	-	4.718
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo Fiscal	12	23
Deduções dos incentivos fiscais ^(I)	560	26
Despesa com IRPJ e CSL	(30.315)	(28.333)

(I) Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT), do programa empresa cidadã e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, monta em R\$ 104.408 (R\$ 123.395 em dezembro de 2020).

b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 369.679 (R\$ 310.593 em dezembro de 2020).

c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.

d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

- Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.
- CPC 41 - Resultado por Ação Resolução – Aprovado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – Resolução CMN nº 4.748/19.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation).

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20, a partir de janeiro de 2022, todas as instituições, devem adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária. Até lá, permanece facultada a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.447/10.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizou em 27 de março de 2021 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2020 no site (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM.

f) Os resultados não recorrentes, conforme trata a Resolução BCB nº 2/20, são os seguintes:

Descrição	Jun / 2021	Jun / 2020
Reversão de provisões operacionais – FAP	-	13.341
Crédito Tributário majoração alíquota da CSL - EC 203/2019	-	4.718
Crédito Tributário majoração da CSL – MP 1034/2021 (vide nota nº 9.c)	7.988	-
Total	7.988	18.059

g) Os desafios da pandemia do coronavírus

Quanto à pandemia do coronavírus, as Autoridades Governamentais adotaram diversas ações no campo da saúde para enfrentamento da pandemia e nos campos social e econômico para minimizar os impactos decorrentes do necessário isolamento social. Para tanto, foram utilizados instrumentos de política monetária para garantir adequações na liquidez, crédito e capital, além dos necessários e prudentes ajustes fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Mercantil do Brasil vem acompanhando a cada dia os impactos da pandemia do coronavírus em suas atividades empresariais, com providências tempestivas e convergentes ao cenário vivenciado a cada momento.

Nesse contexto, merecem destaque as principais providências adotadas para a regular continuidade operacional:

- Criação de comitê de crise composto por representantes de todos os níveis de governança da instituição, para acompanhamento da evolução dos efeitos do coronavírus e para deliberações tempestivas que possam garantir a manutenção segura das atividades e o adequado atendimento aos clientes.
- Adesão às orientações das autoridades sanitárias, promovendo o distanciamento social, que nos momentos mais críticos, alcançou cerca de 95% dos colaboradores não envolvidos em atividades essenciais presenciais, especialmente no atendimento aos clientes na rede de atendimento.
- Apoio aos colaboradores com fornecimento de itens de proteção individual e orientações para o trabalho presencial e com publicações diárias de boletins com orientações sobre cuidados com a saúde e riscos cibernéticos.
- Adoção de recursos tecnológicos disponíveis, viabilizando a continuidade do trabalho no sistema de *home office*, sem prejuízo às atividades normais.
- Implementação de amplo conjunto de medidas que têm assegurado a plena continuidade do atendimento aos clientes, em condições adequadas nos cerca de 280 pontos de atendimento, com rigorosa observância das recomendações das autoridades.

O MB mantém plena regularidade operacional, com o cumprimento fiel de suas rotinas de trabalho e observância dos prazos habituais de atividades, não utilizou e não vislumbra necessidade de recorrer às linhas de liquidez junto ao Banco Central do Brasil, regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional.

A duração dessa pandemia continua indeterminada e o MB, que tem foco prioritário nos beneficiários do INSS, continuará atento para a mensuração de eventuais impactos econômico-financeiros e a consequente adoção de ações mitigadoras dos riscos, com avaliação dinâmica da carteira de crédito e demais itens patrimoniais.

26. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos financeiros e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, Compliance e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos financeiros, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais, referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site: www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, será apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos, baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais.

A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível hierárquico.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

Cabe ressaltar também que, o processo de concessão de crédito leva em consideração os limites operacionais, na medida em que possui travas, alertas e definição de alçadas de aprovação diferenciadas de acordo com o nível de exposição de cada cliente e grupo econômico, sempre respeitando o limite regulatório.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito, Gente e Marketing, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Para a efetividade do gerenciamento do Risco de Crédito são adotados procedimentos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos de crédito associados ao Mercantil do Brasil e às instituições integrantes do conglomerado prudencial. Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito na Instituição contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo e etc. Além disso, destaca-se a forte interação das áreas de gestão de riscos com os demais atores do processo de crédito, buscando sempre oportunidades de melhoria nas políticas e processos, bem como trazer assertividade e celeridade em eventuais ajustes e correções em pontos que estejam gerando perdas.

Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Banco tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída das operações de crédito e dos produtos que compõem a carteira de *funding*.

Além disso, o Mercantil do Brasil adota limites operacionais de liquidez, monitorados por meio do saldo Mínimo de Caixa e pelo Índice de Liquidez. Este último indica a capacidade da Instituição em suportar situações de estresse e é baseado nos conceitos do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL Modelo II). O Índice de Liquidez é obtido através da razão entre o estoque de ativos de alta liquidez e o total de saídas líquidas de caixa prevista para os próximos 30 dias, mensuradas segundo um cenário de estresse padronizado pelo Bacen.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição.

O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

De acordo com a Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 4.745/19, entende-se por risco de mercado, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos em carteira da instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para o Banco, priorizando a agilidade e o alto grau de confiança.

Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

Para as operações contidas na carteira de negociação, a metodologia baseia-se no modelo padrão do Banco Central do Brasil, que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (*commodities*).

Já para as operações classificadas na carteira Bancária a metodologia adotada fundamenta-se na metodologia padrão do Banco Central para o IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros para o capital ou resultados de uma instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a carteira bancária, a abordagem de valor econômico adotada para mensuração e alocação de capital (parcela Rban) é o EVE (*Economic Value of Equity*), conforme a Circular Bacen nº 3.876/18, alterada pela Circular Bacen nº 3.938/19.

A métrica do EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Gerencialmente, calcula-se o risco por meio de abordagem de resultado de intermediação financeira, o NII (*Net Interest Income*), que consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos financeiros sujeitos ao IRRBB, em um cenário-base, e o resultado de intermediação financeira destes mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros, considerando um horizonte de tempo até 12 meses.

As abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII) foram desenvolvidas em linha com as melhores práticas de mercado e conforme arcabouço contido na regulamentação vigente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17 e Circular Bacen nº 3.876/18.

Adicionalmente, o risco de variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) e negociação são calculados e reportados diariamente à Alta Administração.

De modo complementar, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas.

Para grandes oscilações de preços, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento de *hedge* para proteger as operações financeiras nas quais encontra-se exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios de cada instituição participante do grupo, com o intuito de alinhar todos os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A estratégia da Instituição para esta gestão é o monitoramento das exposições a risco por meio das ferramentas que visam sua mitigação e consequente impacto nas perdas operacionais.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas complementares: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos críticos, a identificação

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e avaliação dos riscos e controles e a estratégia de resposta ao risco residual, seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir da base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes interessadas do negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também, o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas. Cabe ressaltar que, estes monitoramentos e acompanhamentos são realizados na esfera das partes interessadas do Mercantil do Brasil, que compreendem colaboradores, fornecedores de produtos e serviços, tomadores de crédito e investidores.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como, a relação da Instituição com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antônio Andrade de Araújo – *Presidente*
Mauricio de Faria Araujo – *Vice-Presidente*
José Ribeiro Vianna Neto – *Secretário*
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Luiz Henrique Andrade de Araújo

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS

Carolina Marinho do Vale Duarte
Felipe Lopes Boff
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Simone Maria Ferreira Filgueiras Dutra
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Ricardo Vieira Santiago

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Euler Luiz de Oliveira Penido
Luciano Luiz Barsi
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson Eustáquio de Oliveira Penido
Sebastião Salvador Gamarano
Wellington Inácio

CONTADOR

Anderson Guedes Inocência
CRC - MG 077.029/O-7

***Banco Mercantil do Brasil
S.A. – Conglomerado
Prudencial***

***Demonstrações financeiras
consolidadas em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido consolidado prudencial e dos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidado prudencial para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 11 de agosto de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as



Banco Mercantil do Brasil S.A.

eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Banco Mercantil do Brasil S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 25 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2